

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais  
Curso de Ciências Contábeis  
Introdução à Ciência Atuarial  
Contabilidade Intermediária  
Direito Tributário  
Métodos Quantitativos  
Filosofia II  
Logística das Organizações  
Produção e Compreensão de Textos

OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AOS ATIVOS  
EMPREGADOS COMO GARANTIA DE DÍVIDAS E OS SEUS EFEITOS  
NO PATRIMÔNIO DAS ENTIDADES

Ana Carolina Cunha Mendes  
Ângelo Sebastião Dutra  
Carla Maia Coelho  
Elizabeth de Aguiar Godoy  
Natália Kawana Lisboa

Belo Horizonte  
26 maio 2008

Ana Carolina Cunha Mendes  
Ângelo Sebastião Dutra  
Carla Maia Coelho  
Elizabeth de Aguiar Godoy  
Natália Kawana Lisboa

**OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AOS ATIVOS  
EMPREGADOS COMO GARANTIA DE DÍVIDAS E OS SEUS EFEITOS  
NO PATRIMÔNIO DAS ENTIDADES**

Artigo Científico apresentado às disciplinas:  
Introdução à Ciência Atuarial, Contabilidade  
Intermediária, Direito Tributário, Métodos  
Quantitativos, Filosofia II, Logística das  
Organizações e Produção e Compreensão de Textos do  
3º Período do Curso de Ciências Contábeis Noite do  
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da  
PUC Minas BH.

Professores: Geraldo de Assis Souza Júnior  
Rafael Ornelas Machado  
Domingos Xavier Teixeira  
Arazi Gomes  
Lindomar Rocha Mota  
Carlos Márcio Vitorino  
Maria Aparecida de Oliveira Carvalho

Belo Horizonte  
26 maio 2008

# **OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AOS ATIVOS EMPREGADOS COMO GARANTIA DE DÍVIDAS E OS SEUS EFEITOS NO PATRIMÔNIO DAS ENTIDADES**

## **RESUMO**

O presente artigo trata dos ativos empregados como garantia de dívidas e os seus efeitos no Patrimônio das entidades. Embasado neste tema, o artigo pretende retratar os respectivos procedimentos contábeis; destacar como as noções de Direito Tributário são importantes para determinar a melhor forma de pagamento de obrigações que não foram recolhidas e que se tornaram crédito tributário; a importância da Ciência Atuarial, para os devidos ajustes nos benefícios de pensão como também no cálculo dos seguros; da logística aplicada na entidade, proporcionando um crescimento da produção e comercialização, e ainda, como os métodos quantitativos são utilizados como ferramentas proporcionando informações importantes para a organização. Para a elaboração do trabalho foi feito um levantamento bibliográfico, em que foram consultados capítulos de livros, leis, demonstrações financeiras e anuais, em suporte físico ou pela Internet, procedendo então à leitura analítica individual que permitiu uma visão global sobre o tema. Foi elaborado o artigo seguindo as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Ao final do trabalho, foi possível concluir que a Aços Villares S.A. tem condições de quitar o seu parcelamento, pois possui estrutura e recursos para isso.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Notas explicativas; ativos; garantias; demonstrações financeiras e normas contábeis.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata dos ativos empregados como garantia de dívidas e os seus efeitos no Patrimônio das entidades. Embasado neste tema, o artigo pretende retratar os respectivos procedimentos contábeis; destacar como as noções de Direito Tributário são importantes para determinar a melhor forma de pagamento de obrigações que não foram recolhidas e que se tornaram crédito tributário; a importância da Ciência Atuarial, para os devidos ajustes nos benefícios de pensão como também no cálculo dos seguros, da logística aplicada na entidade, proporcionando um crescimento da produção e comercialização e como os métodos quantitativos são utilizados como ferramentas proporcionando informações importantes para a organização.

O estudo desse tema é importante para que se possa entender quais os procedimentos contábeis aplicados aos ativos empregados como garantias de obrigações e as conseqüências na situação patrimonial da entidade. Assim é possível identificar as condições necessárias para o pagamento da dívida e de que forma será feito.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A companhia Aços Villares S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída por prazo indeterminado, é uma sociedade anônima de capital aberto, criada em 1944, registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários - como companhia aberta. Tem por objeto social a exploração da indústria e comércio, inclusive por representação, importação e exportação de aço, ferro e produtos correlatos, podendo, ainda, participar em outras empresas e consórcios industriais (IAN - Informações Anuais, Breve histórico da empresa, 2006, p. 1).

Participa em outras empresas, sociedades controladas Villares Corporation of América, Sidenor Villares Rolling Mill Rolls S.L. e Companhia Usina Tecpar (DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas, Notas explicativas, 2007, p. 1).

É a maior produtora de aços longos especiais da América Latina e uma das maiores produtoras mundiais de cilindros forjados e fundidos (IAN, Breve histórico da empresa, 2006, p. 1).

Possui três unidades industriais localizadas no Estado de São Paulo, próximas ao mercado consumidor de seus produtos e utilizando como meio de transporte as rodovias, ferrovias, portos e aeroportos do país (IAN, Breve histórico da empresa, 2006, p. 1) dá-lhe uma posição estratégica.

Em suas demonstrações financeiras dos últimos 05 (cinco) exercícios, apresentaram nas notas explicativas os ativos empregados como garantia de crédito, objeto de parcelamento de dívidas e os devidos registros contábeis. As principais demonstrações financeiras divulgadas pela companhia nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 foram: Balanço Patrimonial - BP, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos - DOAR, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL e as notas explicativas, que complementam as demonstrações financeiras.

As notas explicativas podem englobar outras demonstrações contábeis como a do valor adicionado, de fluxos de caixa e demonstrações contábeis em moeda constante. Podem descrever explicações adicionais sobre determinadas contas ou operações específicas ou detalhar certas contas (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 453).

A CVM recomenda divulgar, em notas explicativas assuntos relevantes, tais como: programa de recuperação fiscal (refis); seguros; aposentadoria e pensões; provisões e contingências passivas; demonstrações financeiras consolidadas e outros

assuntos para melhor entendimento das demonstrações contábeis (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 455).

Conforme Marion (2006, p. 41) a sociedade anônima deverá publicar os relatórios obrigatórios, que são exigidos pela Lei das Sociedades por Ações: BP, DRE, DLPAC e DOAR, sendo que a companhia aberta deverá substituir o DLPAC pela DMPL.

A companhia Aços Villares é uma companhia aberta porque negocia as suas ações na bolsa de valores. E por possuir investimentos em sociedades controladas, divulgou o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Consolidadas. "Somente por meio dessa técnica é que se pode realmente conhecer a posição financeira da empresa controladora e das demais empresas do grupo." (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 512).

Além dessas divulgações, a companhia divulgou o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes, outro meio de divulgação são os jornais, por isso a companhia divulgou suas informações no Jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo (IAN, Dados da empresa, jornais, 2006, p. 3).

A companhia elaborou suas demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis, segundo a Resolução CFC - Conselho Federal de Contabilidade - nº 751/93, que dispõe sobre as normas brasileiras de Contabilidade; Resolução CFC nº 937/02, que aprova a NBC T 8 que trata das demonstrações contábeis consolidadas; Resolução CFC nº 1.066/05, que aprova a NBC T 19.7 que trata das provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas; Resolução CFC nº 737/92 que aprova a NCB T6 que trata da divulgação das demonstrações contábeis: forma de apresentação, conteúdo das notas explicativas e republicações.

A aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade, como o princípio da prudência e o da competência, no

reconhecimento de garantias e de parcelamentos de obrigações, está de acordo com a Resolução nº 750/93 que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Os pareceres dos auditores independentes estão de acordo com a Resolução CFC nº 830/98, que aprova NBC T 11 - IT 5 trata da interpretação técnica do parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, inclusive quando houve mudança de auditores entre o exercício de 2005 e 2006.

E por possuir controladas, as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com os critérios previstos na Instrução CVM nº 247/96 (DFP, Notas explicativas, 2007, p. 1).

Os ativos empregados como garantia de crédito, como objetos de parcelamentos foram imóveis e máquinas, em garantia da dívida de impostos e contribuições, parcelados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, incluídos outros débitos que estavam sendo discutidos judicialmente. O parcelamento a que a companhia aderiu foi o Parcelamento Especial - PAES, sendo incorporado a este parcelamento o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas, Notas explicativas, 2007, p. 13-14).

De acordo com as notas explicativas dos exercícios de 2003 ao exercício de 2007, o valor contábil dos imóveis (em R\$ mil) é de R\$ 170.276 e máquinas, equipamentos e instalações é de R\$ 95.490.

Segundo Iudícibus; Martins e Gelbcke (2007, p. 190) esses bens são de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade e de seu empreendimento, são classificados na categoria de Ativo Imobilizado. Uma forma de demonstrar o custo, a depreciação acumulada seria apresentar um total global do ativo imobilizado no balanço patrimonial e o desdobramento das contas em notas explicativas (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 226). A companhia optou em suas

demonstrações financeiras desdobrar em notas explicativas o custo e a depreciação acumulada, e a reavaliação dos terrenos.

Segundo Martins (2007, p. 197) o parcelamento é uma suspensão da exigibilidade do crédito tributário, em relação à obrigação principal e não quanto à obrigação acessória.

"Crédito tributário é o direito subjetivo do sujeito ativo de uma obrigação tributária de exigir do sujeito passivo o pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária." (MARTINS, 2007, p. 192).

"O sujeito ativo é o credor da obrigação tributária. O sujeito passivo pode ser o contribuinte ou responsável." (MARTINS, 2007, p. 192).

"O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta (art. 139 do CTN)." (MARTINS, 2007, p. 192), representa a formalização efetiva da relação jurídica entre o fisco e o contribuinte.

"Estando suspensa a exigibilidade do crédito tributário, não se pode falar em mora." (MARTINS, 2007, p. 197).

"Será possível exigir correção monetária, que não é penalidade, mas a atualização do valor principal." (MARTINS, 2007, p. 197).

No parcelamento são devidos juros e multa moratória porque o tributo já está vencido, já na moratória não há mora no pagamento porque é concedido um novo prazo para o recolhimento (MARTINS, 2007, p. 197).

"Parcelamento é a divisão em prestações da dívida tributária já vencida." (MARTINS, 2007, p. 201).

A companhia Aços Villares S.A. e sua controlada Villares Metals S.A. aderiram ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) no exercício de 2000, que foi instituído através da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000. O art. 3º, § 4º da respectiva lei, condicionou a homologação da opção pelo REFIS, o arrolamento de bens do patrimônio da entidade como garantia. A companhia arrolou imóveis e máquinas, equipamentos e



instalações, como garantia da dívida consolidada (DFP, Notas explicativas, 2000, p. 9-11).

De acordo com as notas explicativas (DFP, 2003, p. 14) em 31 de julho de 2003, a companhia aderiu ao Parcelamento Especial - PAES, que foi instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, transferindo o saldo do REFIS e incluindo, outros débitos que estavam sendo discutidos judicialmente conforme disposto nos artigos 1º e 2º da referida lei. No PAES não houve a necessidade de apresentar garantias, mas de acordo com o art. 4º, inciso V da Lei nº 10.684/2003, os bens apresentados em garantia no REFIS serão mantidos em mesma situação no PAES, por se tratar de transferência de parcelamento.

"As garantias do crédito tributário são divididas em duas espécies. [...] Os privilégios envolvem a garantia de recebimento pela totalidade do patrimônio do sujeito passivo." (MARTINS, 2007, p. 228). Os privilégios são especiais, quando a lei assim disponha.

"O sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública deve reservar bens suficientes para a garantia de toda a dívida, sob pena de se considerar em fraude à lei." (MARTINS, 2007, p. 230).

De acordo com Iudícibus; Martins e Gelbcke (2007, p. 262) a instrução CVM nº 346/2000, orienta a divulgação de informações à adesão ao REFIS pelas companhias abertas em Notas Explicativas e trata da contabilização em item separado no resultado não operacional do resultado do exercício. Procedimentos que foram adotados pela companhia.

Outro ativo empregado como garantia de crédito são os depósitos judiciais. Conforme Iudícibus; Martins e Gelbcke (2007, p. 101) na conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados devem ser registrados os depósitos judiciais pela empresa para garantia de natureza judicial. A companhia e suas controladas estão envolvidas em processos judiciais e

efetuando depósitos judiciais. Os processos referem-se às obrigações trabalhistas e previdenciárias, tributárias e processos cíveis, conforme notas explicativas da companhia (DFP, p. 19) e a provisão para contingência, no Balanço Patrimonial (DFP, 2007, Balanço Patrimonial Passivo, p. 1).

“São oriundas de autuações fiscais ou de práticas adotadas pela empresa, quando há dúvida sobre sua legalidade ou sobre a adequação de seu procedimento fiscal.” (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 459). E a contingência de responsabilidade civil trata de valores não definidos quanto à sua efetiva exigibilidade.

As contingências representam a perda provável máxima nesses processos (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 460).

O uso do termo provisão deve ser restringido aos seguintes casos: haja a obrigação legal ou não formalizada; sejam exigidos recursos para liquidar a obrigação e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 22).

Outras informações complementares são as informações sobre seguros e plano de aposentadoria e pensão.

Conforme notas explicativas, a companhia possui seguros para cobrir seus ativos e também seguros de responsabilidade civil, transporte de mercadorias, vida em grupo e veículos (DFP, 2007, p. 21).

Em seu relatório de processo de produção, a companhia discrimina as apólices de seguro. Mantém apólices de seguro de risco para a sede, Usina de Mogi das Cruzes, Usina de Pindamonhangaba e Usina de Sorocaba, sendo o valor de risco total aproximadamente de R\$ 2,6 bilhões e em caso de sinistro, aproximadamente R\$ 447,4 milhões (IAN, 2006, p. 10).

Mantém apólices de seguro de responsabilidade civil geral para eventuais ações judiciais iniciadas por terceiros em razão de prejuízos causados por suas operações, produtos no território nacional e no exterior, *recall* no território

nacional e no exterior. Para o transporte internacional de produtos siderúrgicos, matéria-prima, equipamentos e sobressalentes; transporte de importação, exportação e em território nacional. Também contam com seguro os veículos e oferece seguro de vida para os administradores, diretores e empregados e seguro para viagens internacionais (IAN, Processo de produção, 2006, p. 10-11).

O contrato de seguro envolve um segurador e um segurado, sendo que o primeiro se obriga para com o outro, mediante o pagamento de um prêmio, a garantir-lhe interesse legítimo relativo à coisa e a indenizá-la no caso de riscos futuros, previstos no contrato (DINIZ, 2007, p. 516).

A noção de seguro está ligada à noção de risco, pois é feito se o patrimônio estiver exposto à eventualidade de um dano motivado pelo acaso (DINIZ, 2007, p. 518). O seguro cobrirá os bens segurados através de indenização quando for verificado o evento que causou a execução do dever do segurador.

Os prêmios de seguros, quando parcelados ou financiados representam despesas antecipadas (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2006, p. 126).

"Os prêmios de seguro pago antecipadamente [...], a cobertura do seguro, se dará durante o exercício ou exercícios posteriores." (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2006, p. 127).

A companhia Aços Villares S.A., de acordo com suas notas explicativas, patrocina o plano de previdência do tipo de contribuição definida (DFP, 2007, p. 15). De acordo com Hendriksen e Breda (1999, p. 448) neste plano a remuneração durante a aposentadoria é limitada ao rendimento da aplicação de contribuições pelo empregador e pelo empregado, durante o período de atividade do empregado, sendo assim, neste plano, o risco é das duas partes que aplicam o dinheiro. O que estiver disponível à época da aposentadoria pertencerá ao aposentado.

Pensões são promessas de pagamento a funcionários aposentados (HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999, p. 446).

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 447-448) a própria empresa pode gerir o fundo, ou as contribuições podem ser transferidas a um administrador que faz as aplicações e os pagamentos. Um dos problemas contábeis é a divulgação dos direitos e obrigações e a apresentação de demonstrações financeiras do fundo ou do plano.

"Um plano de pensão pode ser definido como sendo um esquema de remuneração de empregados após o momento que se aposentam." (HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999, p. 448). "Pertencem a duas categorias básicas: planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos." (HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999, p. 448).

"O salário final e a expectativa de vida futura do indivíduo são atualmente desconhecidos, o benefício da pensão não pode ser mais do que uma estimativa." (HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999, p. 449).

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 450) "essa combinação de fatores de valor presente com fatores de mortalidade é a base da ciência atuarial."

"O plano de pensão é uma forma de compromisso a longo prazo [...]. Entretanto, obrigações econômicas não são necessariamente obrigações contábeis [...]." (HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999, p. 454).

"As pensões são intrinsecamente complexas. É necessário, inevitavelmente, fazer divulgação complementar nas notas explicativas para fornecer seus detalhes." (HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999, p. 458).

"As notas explicativas devem conter informações sobre a existência de planos de aposentadoria e pensão, informando, no mínimo, conforme o § 81 da Deliberação CVM nº 371/00." (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2006, p. 467).

"Havendo o pagamento no próprio mês já se tem diretamente a despesa ou o custo" (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2006, p. 300). A apropriação por competência é definida quando se examina os valores das contribuições como uma despesa do período e só há reconhecimento de passivo, quando ocorre recolhimento a menor.

O ano de 2007 foi marcado por resultados bastante positivos. A economia brasileira resistiu à crise hipotecária nos Estados Unidos, devendo o PIB crescer em 5% (DFP, Relatório da administração, 2007, p. 1).

Um dos fatores para estes resultados é a logística da organização. "A companhia é organizada em duas unidades estratégicas de negócios, trabalhando com aços para construção mecânica e cilindros para laminação." (IAN, Breve histórico da empresa, 2006, p.1). Segundo Ballou (2006, p.33) "A logística trata da criação do valor para os clientes e fornecedores da empresa, e valor para todos aqueles que têm nela interesses diretos."

"Uma vez planejadas e implementadas as estratégias da cadeia de suprimentos, os gerentes evidentemente precisam avaliar se elas estão produzindo os resultados esperados." (BALLOU, 2006, p.66).

"A companhia tem seu atendimento ao cliente estruturado de duas formas, uma voltada para o mercado interno e outra para o mercado externo." (IAN, Processo de comercialização, distribuição, mercados e exportação, 2006, p. 1). No mercado interno, o contato ocorre através de vendedores próprios e no externo, por meio de venda direta no Brasil e representantes na Europa, Rússia, África do Norte, Índia, América do Norte e América Central. Internamente o mercado alvo são os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, sul e nordeste do Brasil.

Dentre os tipos de mensurações mais úteis para a correta avaliação da estratégia, é o fluxo de caixa: "fluxo de caixa é o dinheiro que uma estratégia gera." (BALLOU, 2006, p.66).

As vendas para o mercado interno foram superiores ao do ano anterior em 2,7%. A receita líquida cresceu em 10,6% em relação a 2006. E as vendas para o mercado externo tiveram um crescimento de 16,1% quando comparado a 2006 (DFP, Relatório da Administração, 2007, p. 5). A receita líquida de 2007 cresceu em 20% em relação a 2006 (DFP, Relatório da Administração, 2007, p. 6). O lucro líquido do exercício de 2007 cresceu em 26% e a margem líquida melhorou em 0,8% em relação a 2006 (DFP, Relatório da Administração, 2007, p. 7).

A companhia gerou em 2007 um valor adicionado 14% superior a 2006, sendo que, do total do valor adicionado, 41% foi destinado aos impostos, taxas e contribuições, 3% a mais que no ano anterior (DFP, Relatório da Administração, 2007, p. 7).

De acordo com Ballou (2006, p.44) "a contribuição para a receita é representada pelas vendas resultantes do projeto do sistema logístico."

"A companhia continua trabalhando com a perspectiva de um cenário favorável para seus produtos em 2008, tanto no mercado interno quanto no externo." (DFP, Relatório da Administração, 2007, p. 15).

A ética é de extrema importância para uma empresa que busca se destacar no mercado, como a transparência, credibilidade, o respeito pelos clientes e fornecedores. A companhia, em seu código de ética cita como missão operar com rentabilidade, otimizar custos e remunerar o capital do acionista de forma sustentável. Em sua visão, ser uma empresa de referência nos mercados nacional e internacional de aços especiais e cilindros para laminação se deu: pela diferença dos produtos, serviços e soluções, pela reconhecida qualidade técnica e humana e, como valores, a ética (AÇOS VILLARES S.A., Código de Ética, p. 5).

"A forma de entender a conduta humana, em favor da vida do homem, a partir dos caminhos básicos que deve assumir, variou, no tempo, em relação a diversos ilustres pensadores." (SÁ, 2007, p. 31).

"Na medida em que uma coisa está de acordo com nossa natureza é necessariamente boa." (ESPINOSA, citado por SÁ, 2007, p. 38).

"Quando alguém cumpre um dever ético por interesse, admite Kant, pode lucrar com isto, mas não pode receber a classificação de virtuoso." (SÁ, 2007, p. 48).

"A lei da vontade ética é a que, entende ele, sobre todas prevalece." (SÁ, 2007, p. 48).

A companhia Aços Villares "entende que o desenvolvimento da empresa depende diretamente do desenvolvimento de seus colaboradores, sempre valorizando e incentivando esse crescimento." (AÇOS VILLARES S.A., Código de ética, cap. 1, p. 6).

A companhia "acredita que seu maior patrimônio são seus colaboradores, agindo com respeito e dignidade em todas as etapas, desde a admissão até o desligamento." (AÇOS VILLARES S.A., Código de Ética, Cap. 1, p. 7). Os colaboradores da companhia devem valorizar o desenvolvimento técnico e intelectual oferecido pela empresa; zelar pelo seu patrimônio; representar a empresa para a mídia somente com autorização da mesma; informar a empresa qualquer sobre atividade particular que cause conflito e manter sigilo (AÇOS VILLARES S.A., Código de Ética, Cap. 2, p. 10).

Completando todo um corpo de conhecimento empregado na solução de problemas contábeis, análise dos investimentos, melhora da eficiência e eficácia da organização e projeção dos parcelamentos de dívidas em relação aos ativos como garantia de crédito tem-se os métodos quantitativos que são importantes ferramentas de informações. Conforme apêndices A, B e C, observa-se que as vendas tem aumentado e, da mesma forma, as

receitas tiveram um aumento notável o que provoca alterações significativas no Balanço Patrimonial. A porcentagem de impostos em relação ao Passivo Total da empresa diminuiu consideravelmente, enquanto que a porcentagem de bens dados como garantia no parcelamento de dívidas, bem maior, diminuiu pouco.

### **3 CONCLUSÃO**

A companhia Aços Villares S.A. está no mercado desde 1944, possui uma sólida infra-estrutura, atende ao mercado interno e externo. Por possuir dívidas junto à Receita Federal do Brasil empregou imóveis e máquinas, equipamentos e instalações, como garantias de dívidas. Por estar envolvida em processos judiciais empregou como garantia de crédito depósitos judiciais. Conforme dados estatísticos realizados, a companhia tem condição de pagar seu parcelamento no prazo estipulado, sem a efetiva utilização dos seus bens em garantia.

Observa-se que as demonstrações financeiras estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, com as normas da CVM e do CFC. Destaca-se a importância das notas explicativas, pois fornecem informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial da companhia. As demonstrações contábeis fornecem à administração da companhia informações necessárias para tomada de decisões, portanto, devem retratar com clareza toda a situação patrimonial da empresa. Além da administração, as demonstrações são de suma importância para investidores, governo, instituições financeiras, mercado interno e externo e outros interessados. A companhia tem um compromisso social, como se observa em seu código de ética. Busca o crescimento para atender o mercado e cumprir suas obrigações. Mantém seguro de sua sede e de outras unidades, e outros tipos de seguros, demonstrando a preocupação com sua produção e com terceiros.



## REFERÊNCIAS

AÇOS VILLARES S.A. **Código de ética**, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.villares.com.br>>. Acesso em: 29 mar. 2008.

BALLOU, Ronald H. Traduzido por RUBENICH, Raul. Estratégia e planejamento da logística/cadeia de suprimentos. In: \_\_\_\_\_. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Cap. 2, p. 49-70.

\_\_\_\_\_. Logística empresarial/cadeia de suprimentos - uma disciplina vital. In: \_\_\_\_\_. Ibid., Cap. 1, p. 23-48.

BRASIL. Parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social. In: \_\_\_\_\_. Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.684.htm>>. Acesso em 26 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Programa de Recuperação Fiscal - Refis. In: \_\_\_\_\_. Lei nº. 9.964, de 10 de abril de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L964.htm>>. Acesso em 16 mar. 2008.

DINIZ, Maria Helena. Contratos em geral. In: \_\_\_\_\_. **Curso de Direito Civil Brasileiro: volume 3: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. Cap. 2, p. 11-770.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. Traduzido por SANVICENTE, Antônio Zoratto. Pensões. In: \_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. Cap. 21, p. 446-462.

INFORMAÇÕES ANUAIS. Breve histórico da empresa, 2006, p. 1-6. **Aços Villares S.A.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Dados da empresa, 2006, p. 1-3. **Aços Villares S.A.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Processo de comercialização, distribuição, mercados e exportação, 2006, p. 1-2. **Aços Villares S.A.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Processo de produção, 2006, p. 1-11. **Aços Villares S.A.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Ativos especiais e despesas antecipadas. In: \_\_\_\_\_. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 8, p. 124-128.

\_\_\_\_\_. Ativo imobilizado. Ibid. 12, p. 190-226.

\_\_\_\_\_. Contas a receber. Ibid., Cap. 6, p. 79-103.

\_\_\_\_\_. Consolidação das demonstrações contábeis. Ibid., Cap. 36, p. 512-553.

\_\_\_\_\_. Debêntures e outros títulos de dívida, fornecedores e obrigações fiscais. Ibid., Cap. 16, p. 251-265.

\_\_\_\_\_. Notas Explicativas. Ibid., Cap. 32, p. 453-482.

\_\_\_\_\_. Princípios Fundamentais de Contabilidade. Ibid., Cap. 3, p-29-65.

\_\_\_\_\_. Provisões. Ibid., Cap. 19, p. 287-304.

MARION, José Carlos. Relatórios contábeis. In: \_\_\_\_\_. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. rev. e atual. e mod. São Paulo: Atlas, 2006, Cap. 2, p. 39-57.

MARTINS, Sérgio Pinto. Crédito tributário. In: \_\_\_\_\_. **Manual de Direito Tributário**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 23, p. 192-235.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética como doutrina da conduta humana. In: \_\_\_\_\_. **Ética Profissional**. 7. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007, p. 25-54.

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. Estatística descritiva: medidas numéricas. In: **Estatística aplicada à Administração e Economia**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2007. Cap. 3, p.71-128.

\_\_\_\_\_. Estatística descritiva: métodos tabulares e métodos gráficos. Ibid., Cap. 2, p. 21-70.

\_\_\_\_\_. Ibid., Regressão linear simples. Ibid., Cap. 12, p. 427-486.

\_\_\_\_\_. Ibid., Regressão múltipla. Ibid., Cap. 13, p. 487-589.

BALLOU, Ronald H. Traduzido por RUBENICH, Raul. Controle da cadeia de suprimentos/logística. In: \_\_\_\_\_. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Cap. 16, p. 567-592.

\_\_\_\_\_. Decisões de estocagem e manuseio. Ibid., Cap. 12, p. 397-430.

\_\_\_\_\_. Decisões sobre política de estoques. Ibid., Cap. 9, p. 271-340.

\_\_\_\_\_. Estratégia do transporte. Ibid., Cap. 6, p. 149-186.

\_\_\_\_\_. Logística /cadeia de suprimentos: serviços ao cliente. Ibid., Cap. 4, p. 93-120.

\_\_\_\_\_. O processo de planejamento da rede. Ibid., Cap. 14, p. 483-538.

\_\_\_\_\_. O produto da cadeia de suprimentos/logística. Ibid., Cap. 3, p. 71-92.

\_\_\_\_\_. Organização da cadeia de suprimentos/logística. Ibid., Cap. 15, p. 541-566.

CASSONE, Vittorino. Crédito tributário. In: \_\_\_\_\_. **Direito Tributário**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 9, p. 179-200.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução CVM nº 247, de 27 de março 1996. Avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de

Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cvm.org.br>>. Acesso em 18 mar. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 737/92, de 27 de novembro de 1992. Aprova a NBC T 6 - Da Divulgação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1992/000737](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1992/000737)>. Acesso em 15 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 937/02, de 24 de maio de 2002. Aprova a NBC T 8 - Das Demonstrações Contábeis Consolidadas. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/siseb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2002/000937](http://www.cfc.org.br/siseb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2002/000937)>. Acesso em 19 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº 830/98, de 16 de dezembro de 1998. Aprova a NBC T 11 - IT 5 - Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1998/000830](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1998/000830)>. Acesso em 19 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.066/05, de 21 de dezembro de 2005. Aprova a NBC T 19.7 - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001066](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001066)>. Acesso em 15 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 751/93, de 29 de dezembro de 1993. As Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: <[http://cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1993/000751](http://cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000751)>. Acesso em 15 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 750/93, de 29 de dezembro de 1993. Princípios Fundamentais da Contabilidade (PFC). Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1993/000750](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750)>. Acesso em: 19 mar. 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. Traduzido por SANVICENTE, Antônio Zoratto. Divulgação de informações financeiras. In: \_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. Cap. 24, p. 510-537.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. As normas do Conselho de Contabilidade sobre escrituração contábil. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 19, p. 249-262.

\_\_\_\_\_. O balanço patrimonial. Ibid., Cap. 13, p. 185-195.

\_\_\_\_\_. Os princípios de Contabilidade segundo o CFC. Ibid., Cap. 9, p. 129-140.

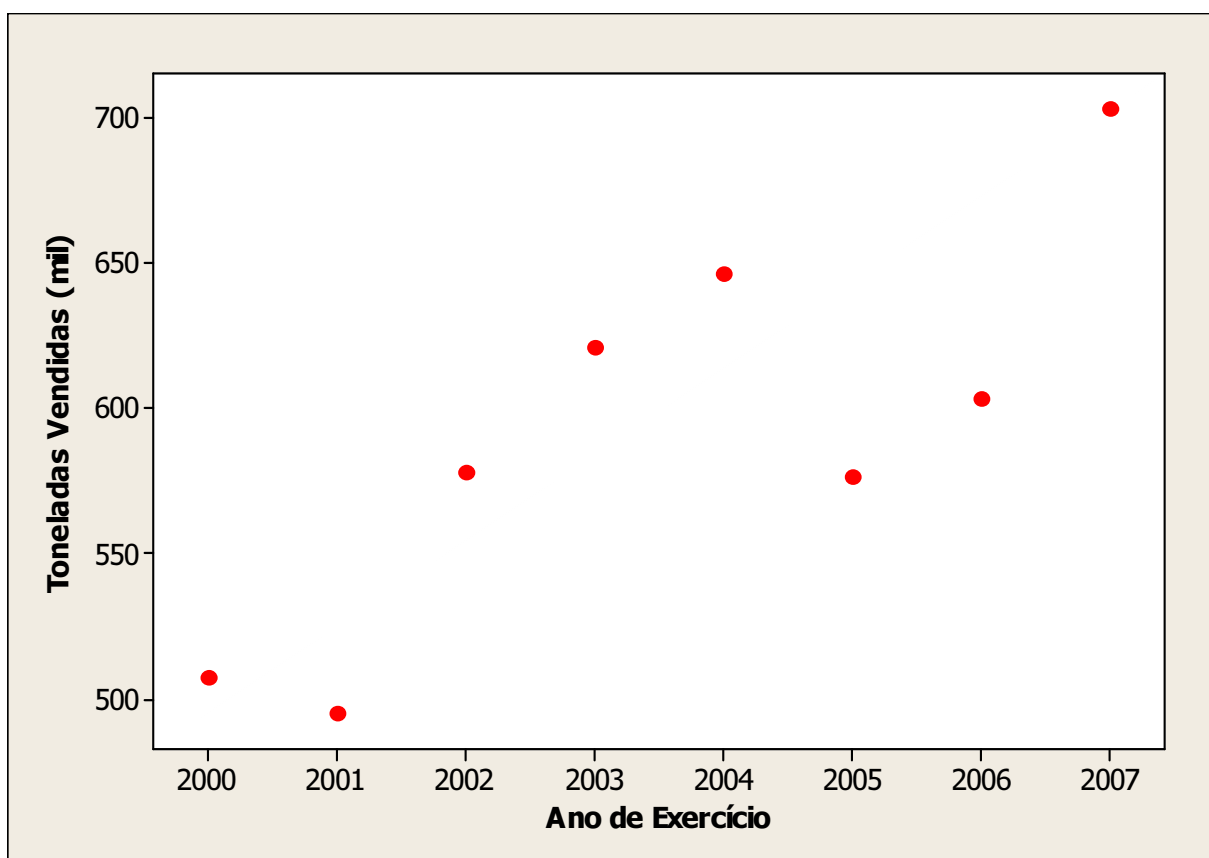
MARION, José Carlos. Demonstração do valor agregado, notas explicativas e outras evidenciações. In: \_\_\_\_\_. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. rev. e atual. e mod. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 20, p. 485-501.

SÁ, Antônio Lopes de. Finalidades do conhecimento contábil. In: \_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 7, p. 93-114.

**Apêndice A:** Tabela e Gráficos das Vendas dos anos de 2000-2008

Ano	Toneladas Vendidas (mil)	Receita de Vendas (R\$ mil)
2000	507	576.245
2001	495	635.468
2002	578	873.231
2003	621	1.352.494
2004	646	2.082.070
2005	576	2.184.662
2006	603	2.090.794
2007	703	2.469.938

Fonte: Balanços Patrimoniais da Aços Villares



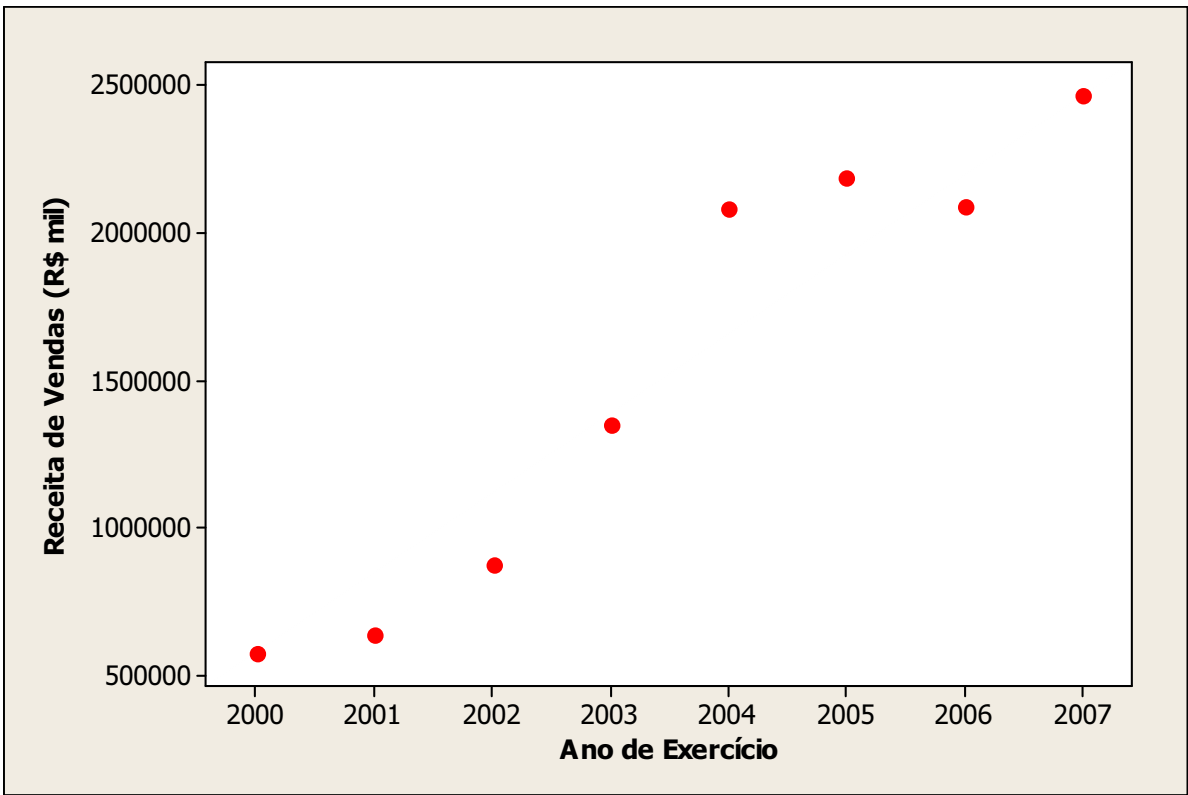


Gráfico 2: Toneladas Vendidas (mil) anualmente  
 Fonte: Balanços Patrimoniais da Aços Villares

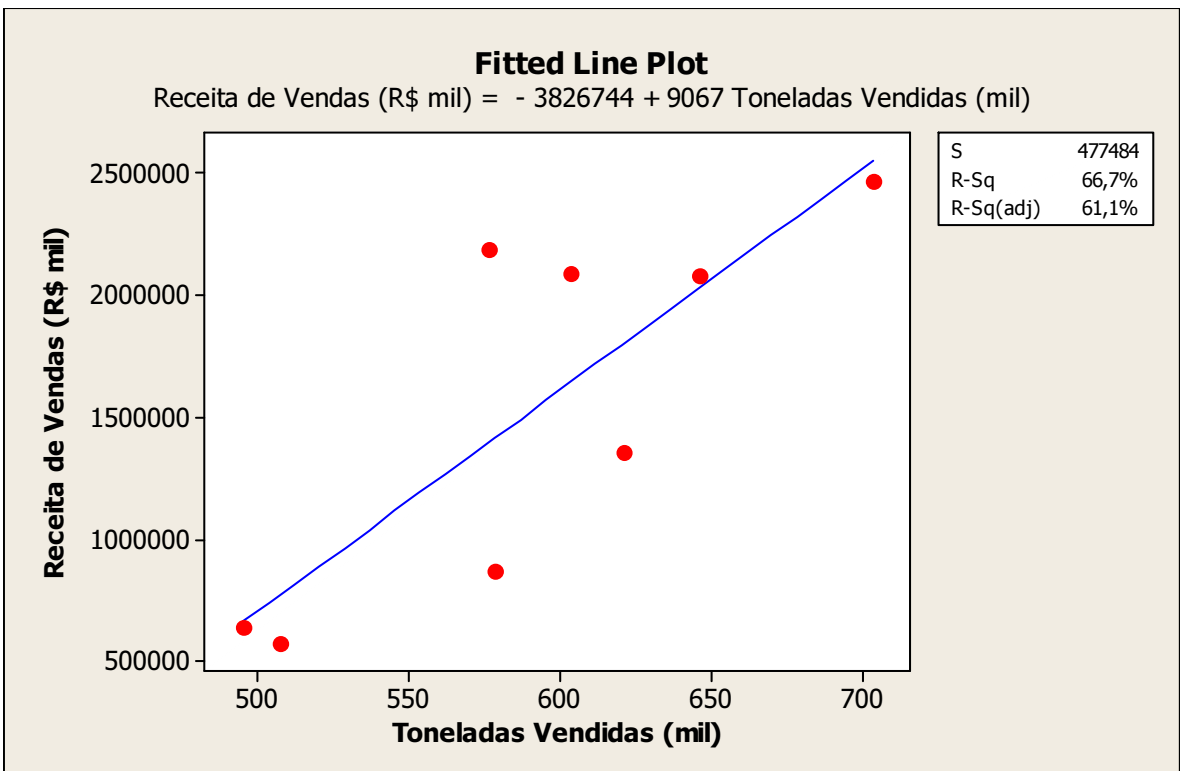


Gráfico 3: Toneladas Vendidas (mil) anualmente

Fonte: Balanços Patrimoniais da Aços Villares

### Interpretação da Reta de Regressão Estimada

$b_0$ : - 3.826.744 é o coeficiente linear ou intercepto da reta (valor de  $y$  para  $x = 0$ ).

Se a empresa Aço Villares não obtiver nenhuma tonelada de produtos vendidos, sua Receita de Vendas será igual a R\$ 3826744,00 mil reais negativo, ou seja, haverá reflexo de prejuízo.

Observação: Unidade de  $b_0$  é a mesma de  $y$ .

$b_1$ : 9067 é o coeficiente angular ou inclinação da reta.

Este coeficiente reflete a idéia de um acréscimo de R\$ 9067,00 mil reais para cada mil toneladas vendidas.

Observação: Uma unidade em  $x$  representa exatamente mil toneladas vendidas de certos produtos.

Conclusão: para que a empresa não tenha prejuízo sua produção tem que ser maior ou igual a 422,05 mil toneladas.

Coeficiente de Determinação =  $R^2$

$R^2 = 66,7 \%$
-----------------

Interpretação: 66,7% da variação total na Receita de Vendas pode ser explicada pela variação nas Toneladas de Vendas de determinados produtos através da equação de regressão estimada. Os outros 33,33% restantes são explicados por outros fatores além das Toneladas Vendidas que não foram incluídos no modelo.



**Apêndice B:** Tabela e gráfico sobre a % de Impostos /Passivo

Ano	Impostos (R\$ mil): Circulante + parcelado	% Imposto/ Passivo Total	Passivo Total
2000	113.134	15,73	719.412
2001	99.866	13,56	736.588
2002	93.880	11,14	842.938
2003	69.840	6,55	1.065.895
2004	81.846	5,97	1.371.248
2005	92.404	5,71	1.618.406
2006	88.852	5,16	1.722.187
2007	87.121	5,08	1.715.480

Total da Aços Villares

Fonte: Balanços Patrimoniais da Aços Villares

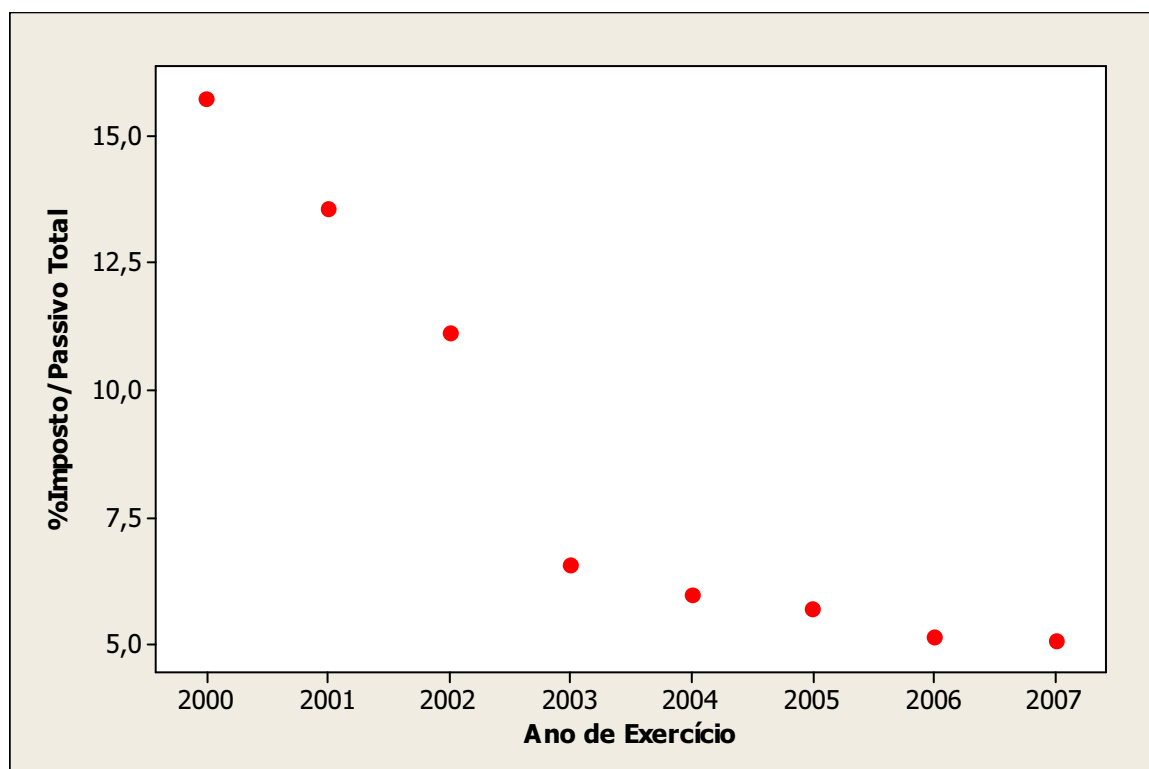


Gráfico 4: Toneladas Vendidas (mil) anualmente

Fonte: Balanços Patrimoniais da Aços Villares

**Apêndice C: % Bens dados em garantia/Ativo Total da Aços**

Ano	Bens dados em garantia	% Bens dados em garantia/Ativo Total	Ativo Total
2000	352.740	49,03	719.412
2001	347.082	47,12	736.588
2002	339.435	40,27	842.938
2003	413.925	38,83	1.065.895
2004	549.972	40,11	1.371.248
2005	546.394	33,76	1.618.406
2006	556.652	32,32	1.722.187
2007	538.953	31,42	1.715.480

Villares

Fonte: Balanços Patrimoniais da Aços Villares

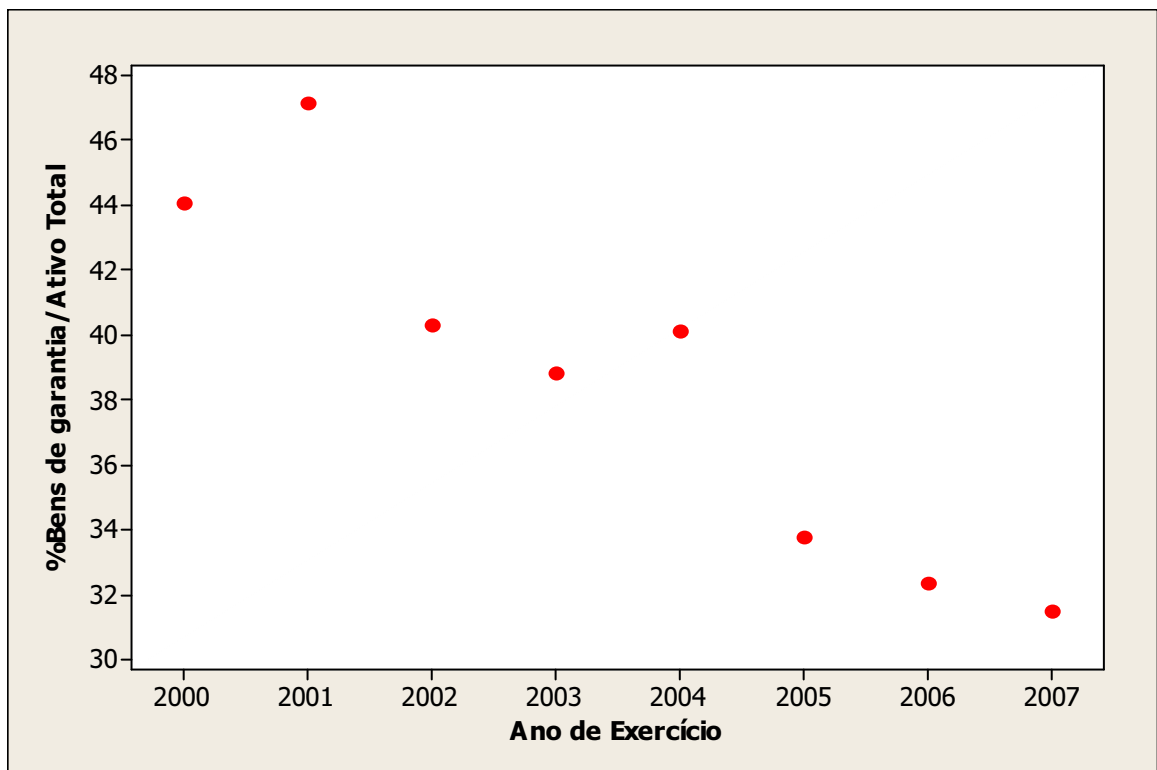


Gráfico 5: Toneladas Vendidas (mil) anualmente

Fonte: Balanços Patrimoniais da Aços Villares